

Em 25 de outubro de 2023 a Companhia optou pelo processo judicial para conversão do crédito em precatórios junto a Receita Federal do Brasil, de parte do crédito da ação transitada em julgado relativa a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R\$ 302.004, valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 486.239. A Administração não tem indícios e expectativas de não realização dos créditos tributários.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1. Política contábil: 10.1.1. Imposto de renda e contribuição social – correntes: A provisão para imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro. Para a Controlada Registrada, o regime de apuração utilizado é o lucro presumido. Para as demais empresas, as bases de cálculo do IRPJ e a CSLL são apuradas com base no regime de lucro real anual.

10.1.2. Imposto de renda e contribuição social – diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e a CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão capazes de deduzir as diferenças temporárias, os projetos fiscais do IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão capazes de deduzir as diferenças temporárias, os projetos fiscais do IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pela alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre os lucros diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais creditados contra os passivos fiscais creditados e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

10.2. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Periodicamente, a Companhia revisa os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da Controladora e de suas controladas. Na revisão das estimativas da Controladora referente aos saldos de ativos fiscais diferidos, realizada em exercícios anteriores, a Companhia observou que um dos fatores mais relevantes para fins orçamentários estava relacionado à elaboração das projeções de receitas, que vinha apresentando resultados históricos abaixo do orçado. Diante disso, a Companhia entendeu que o histórico de prejuízos recorrentes se tornara uma evidência mais substancial para determinar se ativos fiscais diferidos são realizáveis na medida em que existirão resultados tributáveis futuros, já que as metas para alcançar lucros fiscais não estavam sendo atingidas. Dessa forma, a Companhia decidiu por realizar a baixa integral do prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social, bem como as diferenças temporárias da Controladora Marisa S.A. em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2023, o estudo foi revisado e concluiu-se que a conclusão permanece a mesma. A Companhia revisou os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da sua controlada M SERVIÇOS.

Na revisão das estimativas referente aos saldos de ativos fiscais diferidos, incluindo as parcerias da Controladora de Serviços, tais como, Rede Mais, Assurant, Sulamerica e Credysentor, notou-se a possibilidade de constituição do imposto de renda e contribuição social diferido, com base nas projeções de resultado para os próximos 10 anos. Em 31 de dezembro de 2024 este saldo representava R\$ 60.765 (R\$ 75.233 em 31 de dezembro de 2023). A Administração avaliou a necessidade de impairment tested e concluiu que o mesmo está em linha com a projeção de orçamento aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo, em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024.

10.3. Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	567.257	486.686	601.721	516.219
Base negativa de CSLL	204.212	178.144	218.504	199.098
Provisão para riscos	32.524	66.871	41.352	77.518
Receita diferida - parcerias	-	-	3.591	4.957
Perdas de crédito esperadas	-	-	-	944
Provisão para perdas nos estoques	5.641	4.570	5.641	4.570
Perdas de contas a pagar	7.558	24.073	8.406	32.365
Remuneração variável	4.031	1.581	4.031	1.689
Provisão de aluguel	1.422	2.733	1.422	2.733
Ajuste a valor presente	(1.668)	(1.586)	(1.668)	(1.586)
Outros	(24)	168	(1.281)	58
Base de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(771.468)	(664.830)	(771.468)	(664.830)
Base de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias	(49.483)	(98.410)	(49.484)	(98.410)
Classificados como:				
Ativo não circulante	-	-	60.765	75.233
Ativo circulante	-	-	60.765	75.233

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos:

A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos, por entender não ser provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização de seus benefícios, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito Tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	145.441	49.465	193.626	58.410
Prejuízos fiscais acumulados	2.269.228	771.470	1.963.064	667.442
Outros	2.414.569	820.954	2.252.506	765.852

10.5. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social	(258.681)	(358.744)	(359.368)	(433.487)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social sobre as operações descontinuadas	(62.252)	(169.765)	(62.252)	(199.020)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(320.933)	(528.509)	(421.620)	(632.507)
Alíquota efetiva de IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota nominal	109.117	179.693	143.351	181.052
Alíquota efetiva de crédito de IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Resultado do efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:	(21.457)	(47.384)	-	-
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira M PAGAMENTOS S.A. e M SERVIÇOS (Nota 35)	-	-	(21.166)	7.003
Outras (adições) exclusões permanentes	(10.580)	6.485	(9.637)	(7.634)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas	(320.933)	(528.509)	(421.620)	(632.507)
Reversão do efeito da tributação - lucro real utilizado-se o regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas	-	-	-	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais do período, para os quais não foram registrados, em virtude de não haver evidências sobre sua realização:	49.670	(34.094)	57.678	(42.702)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(126.570)	(104.533)	(170.238)	(99.762)
Diferença de IR e CS diferidos e outras adições	7.757	(14.468)	(25.326)	-
Alíquotas - anos anteriores	-	-	(277)	-
Imposto de renda e contribuição social efetivos	7.924	(14.481)	11.754	-
Correntes (Nota 35)	-	7.757	(12)	7.267
Diferidos (Nota 35)	-	-	(14.469)	-
Imposto de renda e contribuição social efetivos (Nota 35)	-	-	(14.481)	(70.745)

(i) A diferença de Alíquota da CSLL é decorrente da consolidação dos saldos das controladas indiretas M PAGAMENTOS S.A. e M SERVIÇOS, a qual possuiu 15% em consorciância a Média Provisória 1.034/2021.

11. PARTES RELACIONADAS

11.1. Política contábil: A Companhia aplica as normas contábeis relativas a partes relacionadas na identificação e contabilização das referidas transações, saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a transação e as partes relacionadas, e na determinação das divulgações a serem feitas acerca dessas transações. Tais transações e saldos existentes com outras entidades do Grupo são divulgadas em destaque nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Transações e saldos intercompanhias existentes são eliminados, exceto em relação àqueles entre a entidade (enquanto investidora) e suas controladas, as quais são mensuradas e registradas pelo valor justo por meio de resultado na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O balanço patrimonial da entidade sendo ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas mesmo que não ocorram transações entre elas. A mera existência do relacionamento pode ser suficiente para afetar as transações da entidade com outras partes. Em sua operação regular, a Companhia possui transações com entidades do mesmo grupo econômico, destacando-se 11.1.1. Operações de compra e venda de produtos, comercialização de seguros e outros serviços, assim como concessão de empréstimos pessoais são realizadas nas dependências das lojas da Companhia; 11.1.2. As despesas administrativas do Grupo incorridas são compartilhadas entre as entidades e posteriormente rateadas, respeitando a vigência dos contratos firmados entre as partes; 11.1.3. Aluguéis devidos pela Companhia a empresas do Grupo; 11.1.4. Adiantamentos recebidos com posterior distribuição de dividendos; 11.1.5. Antecipação de recebíveis sob a modalidade de cessão de créditos e outras vendas; 11.1.6. Mútuo entre as empresas; 11.2. Composição: 11.2.1. Salas e transações eliminadas na consolidação: Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora. Os detalhes estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante:				
M SERVIÇOS Ltda.:				
Despesas compartilhadas e outros (i)	26	(1.751)	-	-
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	3.040	-
Despesas compartilhadas (ii)	26	1.289	-	-
Ativo não circulante:				
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	26.434	-	26.460	1.289
Contrato de Mútuo (ii)	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	53.026	(472)	30.500	1.289
Passivo circulante:				
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	(80)	(111)	-	-
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-
Repasso de despesas	-	-	-	-
Repasso de recebimento de fatura (iii)	-	-	(356)	-
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	-	-	(80)	(467)
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-
Taxa de cartão de crédito (iv)	-	-	(428)	-
TOTAL DO PASSIVO	(80)	(895)	(80)	(895)
Consolidado				
Ativo circulante:				
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	54	1.759	-	-
Marisa Lojas S.A.	54	4.799	-	-
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	-	-	-	-
Despesas compartilhadas e outros (i)	-	-	-	-
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-
Repasso de despesas	-	-	-	-
Repasso de recebimento de fatura (iii)	-	-	-	-
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	-	-	-	-
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-
Taxa de cartão de crédito (iv)	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	(26.434)	(25.482)	-	-
Consolidado				
Ativo circulante:				
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	54	1.759	-	-
Marisa Lojas S.A.	54	4.799	-	-
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	-	-	-	-
Despesas compartilhadas e outros (i)	-	-	-	-
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-
Repasso de despesas	-	-	-	-
Repasso de recebimento de fatura (iii)	-	-	-	-
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	-	-	-	-
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-
Taxa de cartão de crédito (iv)	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	(26.434)	(25.482)	-	-
Consolidado				
Ativo circulante:				
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	54	1.759	-	-
Marisa Lojas S.A.	54	4.799	-	-
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	-	-	-	-
Despesas compartilhadas e outros (i)	-	-	-	-
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-
Repasso de despesas	-	-	-	-
Repasso de recebimento de fatura (iii)	-	-	-	-
M SERVIÇOS Ltda. (iii)	-	-	-	-
M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-
Taxa de cartão de crédito (iv)	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	(26.434)	(25.482)	-	-

(i) Referir-se ao valor a receber do contrato de mútuo entre Marisa e M SERVIÇOS; (ii) Referir-se às despesas administrativas do Grupo incorridas que são compartilhadas e rateadas entre a Companhia e suas controladas, conforme contratos firmados entre as partes; (iii) Referir-se ao repasse em aberto entre Marisa e M SERVIÇOS referente a recebimentos de fatura em loja, em 2024 não tendo repasse de fatura por que a M Pagamentos está em operação descontinuada; (iv) Referir-se a taxas administrativas de compra de créditos cobrada pela M Pagamentos em 2023 e em 2024, a partir de 15 de novembro de 2023 a operação foi totalmente transferida para a Credysentor. 11.2.3. Composição das operações com outras partes relacionadas - transações não consolidadas: Os saldos oriundos das transações entre a Companhia e partes relacionadas, os quais não são eliminados de acordo com as normativas contábeis requeridas para partes relacionadas não controladas, referem-se aos contratos de aluguel e estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Passivo circulante e não circulante (Arrendamentos a pagar):	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	134.222	129.589
Resultado:		
Maracá Participações Ltda	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	19.570	30.173
A Companhia possui contratos de locação de imóveis junto a partes relacionadas para determinadas lojas, as quais são demonstradas em conjunto com demais contratos com terceiros na nota explicativa nº 14. As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com terceiros. 11.3. Remuneração da Administração da Companhia: Em Exercício Geral Ordinar e Extraordinária (AGE) realizada em 30 de abril de 2024, foi fixado o limite de remuneração global dos Administradores em até R\$15.944 para o exercício social de 2024. A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado e está assim demonstrada:		

12. INVESTIMENTOS

12.1. Política contábil: As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas, os ganhos ou prejuízos decorrentes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia.

12.2. Composição:

Participação %	31/12/2024		Total do Resultado da Equivalência
	Ativo	Lucro/ Investimento	
M SERVIÇOS M BANK	38%	96.043	9.514
Participações (i)	100%	24.635	(57.345)
Registrada	100%	1.684	1.648
M Pagamentos (Nota 35)	100%	74.480	65.418
AFAC - M Pagamentos	-	-	10.000

A Companhia possui contratos de locação de imóveis junto a partes relacionadas para determinadas lojas, as quais são demonstradas em conjunto com demais contratos com terceiros na nota explicativa nº 14. As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com terceiros. 11.3. Remuneração da Administração da Companhia: Em Exercício Geral Ordinar e Extraordinária (AGE) realizada em 30 de abril de 2024, foi fixado o limite de remuneração global dos Administradores em até R\$15.944 para o exercício social de 2024. A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado e está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Passivo circulante e não circulante (Arrendamentos a pagar):	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	134.222	129.589
Resultado:		
Maracá Participações Ltda	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	19.570	30.173

A Companhia possui contratos de locação de imóveis junto a partes relacionadas para determinadas lojas, as quais são demonstradas em conjunto com demais contratos com terceiros na nota explicativa nº 14. As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com terceiros. 11.3. Remuneração da Administração da Companhia: Em Exercício Geral Ordinar e Extraordinária (AGE) realizada em 30 de abril de 2024, foi fixado o limite de remuneração global dos Administradores em até R\$15.944 para o exercício social de 2024. A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado e está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Passivo circulante e não circulante (Arrendamentos a pagar):	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	134.222	129.589
Resultado:		
Maracá Participações Ltda	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	19.570	30.173

A Companhia possui contratos de locação de imóveis junto a partes relacionadas para determinadas lojas, as quais são demonstradas em conjunto com demais contratos com terceiros na nota explicativa nº 14. As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com terceiros. 11.3. Remuneração da Administração da Companhia: Em Exercício Geral Ordinar e Extraordinária (AGE) realizada em 30 de abril de 2024, foi fixado o limite de remuneração global dos Administradores em até R\$15.944 para o exercício social de 2024. A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado e está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Passivo circulante e não circulante (Arrendamentos a pagar):	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	134.222	129.589
Resultado:		
Maracá Participações Ltda	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	19.570	30.173

A Companhia possui contratos de locação de imóveis junto a partes relacionadas para determinadas lojas, as quais são demonstradas em conjunto com demais contratos com terceiros na nota explicativa nº 14. As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com terceiros. 11.3. Remuneração da Administração da Companhia: Em Exercício Geral Ordinar e Extraordinária (AGE) realizada em 30 de abril de 2024, foi fixado o limite de remuneração global dos Administradores em até R\$15.944 para o exercício social de 2024. A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado e está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.94
Passivo circulante e não circulante (Arrendamentos a pagar):	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	134.222	129.589
Resultado:		
Maracá Participações Ltda	134.222	129.589
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	19.570	30.173

A Companhia possui contratos de locação de imóveis junto a partes relacionadas para determinadas lojas, as quais são demonstradas em conjunto com demais contratos com terceiros na nota explicativa nº 14. As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com terceiros. 11.3. Remuneração da Administração da Companhia: Em Exercício Geral Ordinar e Extraordinária (AGE) realizada em 30 de abril de 2024, foi fixado o limite de remuneração global dos Administradores em até R\$15.944 para o exercício social de 2024. A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado e está assim demonstrada:



beis; (ii) inspeção dos processos de auditoria destinados a validar a eficácia dos controles sobre acessos lógicos, administração de mudanças, e gerenciamento das operações de TI, elaboração e processamento de relatórios financeiros, além de outros elementos pertinentes à tecnologia; (iii) engajamento de especialistas em TI para suporte na realização desses testes; (iv) análise do procedimento de geração e extração de relatórios fundamentais para os saldos das contas contábeis; e (v) implementação de testes de conformidade sobre as informações geradas pelos sistemas e soluções tecnológicas da Companhia. Quanto aos controles de acessos lógicos: (i) procedemos à análise dos procedimentos de autorização e emissão de credenciais para novos usuários, a revogação em tempo hábil de acessos a membros deslocados ou desvinculados, e a revisão regular de perfis de usuário; e (ii) examinamos as diretrizes para criação de senhas, configurações de segurança e acessos aos recursos de TI. No contexto do gerenciamento de alterações: (i) avaliamos a formalização e aprovação de mudanças em sistemas e aplicações pelo conselho diretivo da Companhia; e (ii) inspecionamos o gerenciamento de operacionalidades, com enfoque nas estratégias para execução de backups de segurança e a pronta resolução de intercorrências. Durante nossa avaliação, identificamos algumas deficiências nos Controles Gerais de Tecnologia da Informação (CGTI) que, embora presentes, não são consideradas significativas para a gestão global do ambiente de TI da Companhia. Importante destacar que essas deficiências não comprometeram a integridade geral das Demonstrações Contábeis tampouco refletem falhas críticas no ambiente de TI. A identificação dessas lacunas nos Controles Gerais de TI provocou uma reavaliação da natureza, timing e extensão de nossos testes substantivos, ajustados para assegurar a coleta de evidências de auditoria suficientes e adequadas. Dada a expansão destes procedimentos, julgada necessária por nossa equipe, os resultados obtidos forneceram uma base de evidência satisfatória e congruente com as Demonstrações Contábeis datadas de 31 de dezembro de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/0-1

Roberto Camargo - Contador CRC 1 SP 191164/0-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 17/04/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/17/MARISA1582009817042025.pdf>

Hash: 17448416419c836726f61e437db287e3010081216f